

Para 74%, homossexualidade deve ser aceita pela sociedade, mostra Datafolha

Maioria dos eleitores de Bolsonaro e de Haddad pensa que a homossexualidade deve ser aceita

[\(Folha de S.Paulo, 27/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Para 74% dos brasileiros, a homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade, mostra pesquisa Datafolha divulgada neste sábado (27). Outros 18% pensam que a homossexualidade deve ser desencorajada por toda a sociedade. Há ainda 8% que não opinaram sobre o tema.

A maioria dos eleitores de Jair Bolsonaro (PSL), segundo o instituto, pensa que a homossexualidade deve ser aceita: 67% dos eleitores de Bolsonaro a homossexualidade deve ser aceita e para 25%, desencorajada. Entre eleitores de Haddad, esses índices são, respectivamente, de 83% e 10%.

Um dos temas discutidos nesta campanha foi a questão do “kit gay” —como Bolsonaro apelidou o projeto [Escola contra a Homofobia](#), que Haddad tentou implementar em sua gestão no Ministério da Educação. O material não chegou a ser distribuído nas escolas, mas o capitão reformado mostrou um exemplar de um livro que integraria o projeto em [entrevista ao Jornal Nacional](#).

Grupos de WhatsApp de apoio ao candidato do PSL e contrários ao petista compartilharam informações falsas sobre o “kit gay”.

Os mais jovens (84%), segundo a pesquisa, têm mais aceitação à ideia de que a homossexualidade deve ser aceita por todos, assim como os mais escolarizados (82%), mais ricos (82%) e católicos (80%).

Esse índice de aceitação fica abaixo da média entre os mais velhos (64%), menos escolarizados (67%), na região Norte (65%) e entre evangélicos (57%,

ante 33% que acreditam que deve ser desencorajada).

A sondagem do Datafolha é um levantamento por amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados. Foram entrevistados 9.173 eleitores, com 16 anos ou mais, em 341 municípios do país nos dias 24 e 25 de outubro de 2018.

A margem de erro máxima é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%. A pesquisa foi contratada pela **Folha** e pela TV Globo e está registrada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) com o número BR-05743/2018.

Relação homossexual é crime em 71 países; 7 preveem pena de morte

Índia deixa lista após descriminalizar relação entre pessoas do mesmo sexo

[\(Folha de S.Paulo, 06/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Após a [decisão que descriminalizou a homossexualidade](#), a Índia deixa de integrar a lista de 71 países nos quais manter relações com pessoas do mesmo sexo ainda é considerado um crime. Em sete deles, o ato pode ser punido com pena de morte.

Os dados são do levantamento “Homofobia de Estado”, realizado há 12 anos pela ILGA (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais) junto com 1.300 organizações do mundo todo. A contagem só inclui nações membros da ONU —das 193 da lista, 36% criminalizam a homossexualidade atualmente.

Leia mais: [A homossexualidade no mundo, entre a pena de morte e o](#)

casamento gay (O Estado de S. Paulo, 06/09/2018)

A maioria delas (32) está na África. A Ásia vem em segundo lugar, com 23 países, seguida pelas Américas, com dez, e pela Oceania, com seis. Em 26 desses países, o crime só é previsto para relações entre homens. Não há integrantes da Europa.

A pena varia de multas e prisão (inclusive perpétua) até pena de morte —caso da Nigéria, Arábia Saudita, Irã, Iêmen, Sudão, Somália e Iraque. No ano passado, um casal de uma província da Indonésia levou 85 chibatadas em público por ter mantido relações sexuais.

Desde que a pesquisa começou a ser feita, em 2006, 22 nações descriminalizaram a prática. “A média é de um a dois países por ano”, afirma Lucas Ramón Mendos, pesquisador sênior da ILGA. “Pode parecer um avanço a conta-gotas, mas é preciso ressaltar que os progressos se dão em contextos extremamente difíceis, em que muita gente precisa arriscar a própria vida lutando para mudar a lei.”

No caso da Índia, onde vive 1,3 bilhão de pessoas, ele resalta o alto número de afetados pela mudança. “É a democracia mais populosa do mundo. Essa conquista é digna ser celebrada por causa da quantidade de pessoas atingidas”, afirma.

A decisão da Suprema Corte indiana determinou que a lei anterior, criada pelos britânicos em 1861 e que previa prisão de dez anos para atos sexuais “contra a ordem da natureza”, era “discriminatória e inconstitucional”.

Apesar de menos de 200 pessoas terem sido processadas com base nessa lei em um século e meio, sua mera existência já era considerada um problema, por “justificar e incentivar situações de discriminação”, diz Mendos.

Ele dá dois exemplos práticos: pessoas que iam ao médico para cuidar da saúde sexual não podiam revelar que tiveram relações com pessoas do mesmo sexo porque poderiam ser denunciadas ou sofrer maus tratos. Além disso, homossexuais e transexuais se tornavam vulneráveis a ameaças e à extorsão por parte da polícia.

Segundo Mendos, a sentença indiana afeta apenas a criminalização de atos sexuais consensuais entre adultos do mesmo sexo e não tem implicações diretas em leis sobre casamento, adoção ou contratação de barriga de aluguel. “Para isso devem ser promovidas novas iniciativas focadas especificamente nesses direitos”, diz.

De maio de 2017 para cá, data do último levantamento da ILGA, apenas a Índia descriminalizou as relações entre pessoas do mesmo sexo. Em em Trinidad e Tobago, a lei também foi considerada inconstitucional, mas ainda há espaço para apelações e por isso o país segue na lista. No Quênia e em Botsuana, a legislação está sendo reavaliada na Justiça, mas ainda não há uma sentença.

No Brasil, a homossexualidade só era considerada crime na época da Colônia, quando o país estava subordinado às leis de Portugal, afirma Toni Reis, diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI+. “Mas fomos tratados como doentes até 1985”, diz, referindo-se ao ano em que o Conselho Federal de Medicina retirou o “homossexualismo” da lista de transtornos, antes mesmo de a OMS fazer o mesmo, em 1990.

Para Reis, o caso da Índia pode servir de exemplo para os países que ainda consideram crime a homossexualidade, muitos deles por também leis herdadas do império britânico. “Parabenizamos a Suprema Corte indiana por essa atitude louvável, digna do século 21”, afirmou.

Países onde a homossexualidade é crime

Afeganistão

Angola

Antigua e Barbuda

Arábia Saudita

Argélia

Bangladesh

Barbados

Botsuana

Brunei

Burundi

Butão
Camarões
Comores
Dominica
Egito
Emirados Árabes Unidos
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Gana
Granada
Guiana
Guiné
Iêmen
Ilhas Maurício
Ilhas Salomão
Irã
Iraque
Jamaica
Kiribati
Kuwait
Líbano
Libéria
Líbia
Malásia
Maláui
Maldivas
Marrocos
Mauritânia
Mianmar
Namíbia
Nigéria
Omã
Papua Nova Guiné
Paquistão

Qatar
Quênia
Samoa
Santa Lúcia
São Cristóvão e Neves
São Vicente e Granadinas
Senegal
Serra Leoa
Singapura
Síria
Somália
Sri Lanka
Suazilândia
Sudão
Sudão do Sul
Tanzânia
Togo
Tonga
Trinidad e Tobago
Tunísia
Turcomenistão
Tuvalu
Uganda
Uzbequistão
Zâmbia
Zimbábue

Flávia Mantovani

Quase 20% dos brasileiros acham que a homossexualidade deve ser desencorajada

Pesquisa Datafolha mostra que a aceitação de LGBT pela sociedade cresceu de forma significativa nos últimos três anos.

[\(HuffPost Brasil, 03/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

[Pesquisa Datafolha para identificar a inclinação ideológica da população brasileira](#) revela que a aceitação de homossexuais está crescendo no Brasil.

O levantamento divulgado nesta segunda-feira (3) aponta que **74%** dos brasileiros consideram que a homossexualidade “deve ser aceita por toda a sociedade”. Em 2014, quando foi feita a última pesquisa, eram 64%.

Atualmente, **19%** dos brasileiros dizem que a homossexualidade “deve ser desencorajada por toda a sociedade”. Há três anos, eram 27%.

O Datafolha entrevistou 2.771 pessoas de 21 a 23 de junho.

Esse mesmo levantamento mostra que os brasileiros estão condenando mais a pena de morte como resolução para crimes hediondos. Em 2014, eram 52%; agora, são 55%.

Também aumentou ligeiramente a proporção de pessoas favoráveis à reeducação dos adolescentes infratores: 25%, em 2017, contra 22%, em 2014.

O percentual de favoráveis a punições mais severas para menores, como as infligidas a adultos, caiu de 76% para 73%.

Apesar do avanço de pensamentos associados à esquerda verificado pela pesquisa, uma das bandeiras de direita mais em voga é a defesa pela posse de arma. Para 43% dos brasileiros, “possuir arma legalizada deveria ser direito do cidadão”. Em 2014, essa era a crença de 35%.

De acordo com 55% dos entrevistados, a posse de armas deve ser proibida por configurar ameaça à vida. Essa proporção diminuiu bastante: eram 62% três anos atrás.

Diego Iraheta

2016 foi ano mais violento contra LGBTs em uma década

O país que exportou (sic) duas das transexuais mais requisitadas do mundo da moda, Valentina Sampaio e Lea T., também é um dos que mais mata transgêneros no mundo.

[\(Folha de S.Paulo, 17/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Leia também:

[Mais que aceitar diversidade de gênero, é preciso agir contra o cultivo da mentalidade homofóbica](#)

Só no primeiro quadrimestre deste ano, o número de assassinatos no grupo mais vulnerável da comunidade LGBT subiu 18% em relação ao mesmo período de 2016, até agora o ano mais violento da década para essas pessoas. A informação é dos grupos brasileiros Rede Trans Brasil e GGB (Grupo Gay da Bahia).

De acordo com o último relatório da ILGA (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais), o Brasil ocupa o primeiro lugar em homicídios de LGBTs nas Américas, com 340 mortes por motivação homofóbica em 2016 - a GGB conta 343. Os grupos brasileiros estimam que 144 desses homicídios sejam de travestis e transexuais.

Apesar de questionável devido à falta de monitoramento em países onde a

homossexualidade é criminalizada, como Guiana Francesa e Barbados, e pela escassez de pesquisas oficiais por parte dos países, o dado é destaque desse relatório, que embasa as discussões da ONU sobre o tema e é lançado todos os anos para o Dia Mundial Contra a Homofobia, festejado nesta quarta-feira (17).

Embora haja conquistas recentes, como a autorização para servidores públicos usarem o nome social -aquele assumido publicamente e não o da certidão de nascimento- o país engatinha na promoção do respeito ao segmento no ambiente familiar, nas escolas e no trabalho.

“É nesses lugares onde nasce o preconceito que joga as travestis e transexuais na prostituição [estima-se que 90% se prostituem], estimulando o ódio desmedido de parte da sociedade”, afirma Bruna Valim, 42, mulher transexual e articuladora da Rede Trans Brasil para SP.

Os registros da Rede e do GGB, colhidos a partir de notícias publicadas na imprensa e em redes sociais, revelam que os assassinatos de transgêneros não envolvem um, mas sim vários tiros de arma de fogo, múltiplas facadas e espancamento com pedras e pauladas -como no caso de Dandara dos Santos, 42, que teve sua morte por apedrejamento e tiros filmada por agressores em Fortaleza (CE).

Extermínio que Rubi de La Fuentes, 32, escapou de agressões desse tipo quando, em 2015, uma amiga travesti foi morta a pauladas no parque do Carmo, na zona leste de São Paulo.

“Lembro muito bem quando a vi jogada no chão, com o cérebro para fora. Isso é muito comum na rua. Tenho cicatrizes por todo o corpo das facadas e das pauladas que levei. O medo de morrer me tirou da prostituição”, conta.



Rubi de La Fuentes, 32, faxineira e banqueteira que tem cicatrizes de agressões sofridas/Keiny Andrade/Folhapress

Há cinco anos Rubi ganha a vida como faxineira e banqueteira. Há dois anos conheceu o namorado, com quem vive atualmente. No próximo mês, fará o que poucas iguais conseguem: completar o ensino médio. “Precisava provar para mim mesma que eu conseguiria estudar.”

AUTOFLAGELO

Segundo o secretário de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Toni Reis, por causa da discriminação nas escolas são raros os trans que conseguem concluir os estudos.

“Eles são expulsos não oficialmente. A transfobia é tão grande que a discriminação sofrida por eles é duas vezes maior do que com homens gays, que às vezes passam batido por não aparentarem ser homossexuais”, explica.

A primeira Pesquisa Nacional Sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar, realizada em 2015 e conduzida por ele, aponta que 7,7% dos estudantes

declarados LGBT são travestis ou transexuais. “Os depoimentos da maioria desses jovens [com idade média de 16 anos] revelaram, por exemplo, propensão ao suicídio.”

O autoflagelo também ocorre em prisões. O médico Sérgio Ferreira estudou por dois anos a prevalência de tuberculose em LGBTs presos no Complexo Prisional Campinas-Hortolândia (SP) e constatou que várias evitam buscar apoio médico para doenças por medo de preconceito.

“Muitas que eram portadoras de HIV deixavam de se tratar porque se sentem hostilizadas até no posto médico. Elas cortam os cabelos e são tratadas como homens no presídio, sendo destituídas da feminilidade”, diz o médico.

Em 2016, segundo a Rede Trans Brasil, 64 transexuais e travestis tentaram suicídio -12 delas conseguiram.

O coordenador geral de políticas LGBT da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Ivan Batista, afirma que a pasta planeja criar um observatório, ainda sem prazo, que reúna informações sobre a população LGBT.

Os dados partiriam dos quatro CRDs (Centro de Referência à Diversidade) mantidos pela Prefeitura de São Paulo, que orientam e dão ajuda psicológica ao grupo. “Entendo que é difícil criar ações direcionadas sem dados precisos, e é isso que a secretaria quer conseguir”, diz Batista.

ESTADO LAICO

Uma questão levantada por especialistas, ativistas e transexuais ouvidos pela reportagem sobre o preconceito contra LGBTs tem a ver com a intolerância religiosa. A mulher-trans Rubi de La Fuentes, por exemplo, diz que “encontra com Deus sozinha, em casa”, porque já foi expulsa de muitos templos religiosos.

Mas nem em casa famílias homoafetivas estão alheias aos efeitos do preconceito e da intolerância religiosa. É disso que trata o documentário “Em Defesa da Família”, da cineasta brasileira Daniella Cronemberger. O título

faz referência ao “slogan” da bancada evangélica no Congresso.

Lançado na internet nesta quarta (17), em página homônima no Facebook, o curta mostra como o discurso religioso molda o conceito de família defendido pelos deputados.

Enquanto a tela mostra o cotidiano do casal Vanessa e Marília, funcionárias do Congresso, com seus três filhos, o áudio de parlamentares em sessões do plenário destila o discurso de ódio baseado nas crenças religiosas.

“Eles [os deputados] refletem e reproduzem todas as agressões que a comunidade LGBT sofre, e não se consideram agressores ao dizerem, por exemplo, que a intenção dessas famílias [homoafetivas] é ‘acabar com a raça humana’”, explica Cronemberger, citando um dos áudios reproduzidos no filme. Nem o nome nem a imagem dos parlamentares é revelada.

Divulgação



Documentário “Em Defesa da Família” mostra a influência do congresso nas famílias homoafetivas

No ano em que o discurso homofóbico e centrado na religião surge no horizonte da Presidência da República, com o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) na vice-liderança das intenções de voto das eleições de 2018, segundo a última pesquisa Datafolha, os movimentos LGBT reagem.

A 21ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, uma das maiores do mundo e que acontece no dia 18 de junho, na av. Paulista, terá como tema o “Estado Laico”.

“O evento trata o conceito do ponto de vista da tolerância com as religiões, mas é claro que há conotação política quando mais de 80% dos congressistas se dizem cristãos e parte deles advoga pela causa, ampliando a homofobia”, diz Renato Viterbo, um dos organizadores da Parada.

Ele adianta que um dos eventos paralelos homenageará os 117 LGBTs assassinados até agora neste ano, segundo dados do GGB (Grupo Gay da Bahia). A ideia inicial era que no dia 11 de junho um parque recebesse uma muda para cada morte, mas não houve parque na região central que comportasse tantas árvores.

O ato foi alocado no Parque Vila do Rodeio, em Cidade Tiradentes, na zona leste, e com apenas cem mudas.

Juiz afirma que homofobia é ‘epidemia no Brasil’

O juiz André Augusto Salvador Bezerra, da 42.ª Vara Cível da Capital, afirmou que a homofobia é uma ‘verdadeira epidemia’ no Brasil. Bezerra obrigou, liminarmente, o Metrô a pagar pensão mensal de R\$ 2.232,54 à viúva do ambulante Luiz Carlos Ruas, assassinado a socos e pontapés por dois homens na estação Pedro II, em dezembro, ao tentar defender travestis.

[\(Estado de S. Paulo, 17/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

“Ao que parece, fato que melhor será apreciado ao longo do processo, o falecido teve a coragem e, por isso, morreu, de enfrentar uma manifestação de verdadeira epidemia no Brasil: a homofobia”, assinalou o magistrado.



Foto: Reprodução

Cabe recurso da decisão que manda depositar o valor todo dia 20 em benefício de Maria Souza Santos.

“Conforme amplamente noticiado na imprensa, o falecido companheiro da autora (da ação) foi assassinado quando, em um ato heróico, tentou defender conhecidos que eram agredidos tão somente em razão de opção à homossexualidade”, escreveu André Augusto Salvador Bezerra.

“Reconhece-se aqui que o noticiado na imprensa, em geral, não é produto de análise absolutamente imparcial e objetiva dos fatos. A propósito, Walter Lippmann, em obra clássica da Comunicação Social (Opinião Pública, Ed. Vozes, 2008, p. 276), percebia que os fatos noticiados pela imprensa são necessariamente produtos da subjetividade: fatos vistos por intermédio de ‘lentes subjetivas’, na expressão utilizada pelo autor. A realidade, porém, é que o noticiado pela imprensa configura, ao menos, início de prova, suficiente para a concessão de medidas provisórias de urgência, como a ora apreciada.”

O juiz destacou que ‘o mesmo noticiado revela, também, com as limitações de uma cognição sumária, que o assassinato contra o companheiro da autora ocorreu no interior de uma estação de metrô, cuja segurança, em princípio, cabe ao réu’.

“É certo que outras circunstâncias poderão ser verificadas ao longo do processo e que, em tese, podem elidir a responsabilidade do requerido; todavia, por ora, o que se tem nos autos é a notícia de uma falha na própria segurança oferecida”, observou.

“Por fim, vivendo em união estável com o falecido, é possível que a subsistência da autora fique comprometida”, argumentou Bezerra. “Conforme revelam declarações de Imposto de Renda do de cujus, juntados nos autos, este percebia rendimento médio de R\$ 2.232,54 (produto da divisão do rendimento anual de R\$ 26.790,50 por 12 meses. Necessário, pois, tomada de providência jurisdicional urgente, a fim de que a subsistência da autora não fique comprometida. Imperioso, em sede de tutela de urgência,

fixar pensão mensal de R\$ 2.232,54.”

O magistrado insistiu que as conclusões expostas em sua decisão não são definitivas. “Decorrem, como uma medida de urgência requer, de apreciação provisória das provas e dos fatos. Ante o exposto, defiro em parte a tutela de urgência, nos termos do artigo 300, do Código de Processo Civil, determinando que a ré (Metrô) deposite, mensalmente, nestes autos, o valor de R\$ 2.232,54, todo dia 20 de cada mês, a partir de 20 de janeiro próximo, sob pena de multa de 10%, sem prejuízo de demais sanções previstas em lei. Expeça-se mandado com urgência.”

Bezerra marcou audiência de conciliação inicial para o dia 22 de março às 14 horas, devendo o Metrô ser citado com pelo menos 20 dias antecedência.

COM A PALAVRA, O METRÔ

“O Metrô vai se manifestar após tomar conhecimento sobre o conteúdo da liminar.”

Quantos talentos perdemos por dividir o mundo entre meninos e meninas?

Onde começa a desigualdade de gênero? Quando nossa sociedade começa a diferenciar meninos de meninas? A rigor, isso acontece ainda antes do nascimento, quando nutrimos expectativas diferentes - e designamos cores e decorações diferentes - para meninos e meninas. Quando assimilamos que ser menino ou menina vai determinar em algum nível qual a experiência que teremos com aquela criança. Vamos no estádio de futebol? Vou comprar toda a coleção da Barbie?

[\(Estado de S. Paulo, 12/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Mas a segregação não acaba quando nasce o bebê. Pelo contrário: seguimos marcando fortemente a existência das crianças pelo gênero, num processo que só fica cada vez mais forte conforme os pequenos crescem. E ao fazermos isso, não só privamos meninos e meninas de uma existência plena e de explorar todas suas potencialidades, mas também adiamos a construção de uma sociedade mais livre e justa.

Precisamos urgentemente falar de gênero na infância. Não só na escola - embora esse debate seja fundamental -, mas em todos os outros ambientes. No convívio familiar, na igreja e nos espaços públicos estamos cercados de regras de gênero, ainda que não nos demos conta disso. Transmitimos muito mais do que imaginamos, tanto pelo o que falamos quanto pelo o que deixamos de falar.



Ilustração: Dika Araújo*

Pode ser repetitivo falar que “boneca não é coisa só de menina e carrinho não é coisa só de menino”, mas enquanto isso não for tratado com naturalidade segue sendo mandatório de se dizer. A divisão por gênero já desde a infância nos limita e desperdiça talentos. Sabe-se lá quantos profissionais, atletas e artistas brilhantes não perdemos apenas porque nunca nos demos ao trabalho de expandir o universo de nossas crianças. É preciso uma determinação sobre-humana para que uma menina siga carreira no futebol ou um menino no balé. Um esforço desnecessário e que poderia ser gasto no aprimoramento do talento de cada um ao invés das batalhas que muitas crianças fora dos padrões travam apenas para ser aceitas e validadas.

Uma vez entrevistei uma coordenadora pedagógica que tinha um projeto incrível numa escola em São Paulo. A grande inovação era, em dois dias da semana, deixar todas as crianças - meninos e meninas - brincarem só com um tipo de brinquedo. Um dia era o “dos meninos” e no outro o “das meninas”, mas a experiência mostrou que essa divisão existia muito mais na cabeça dos adultos do que na das crianças. Elas se censuravam prevendo a reação tradicional dos supervisores.

Nesse mesmo caso, outra coisa me chamou a atenção: as meninas não

tiveram problemas para usar os brinquedos “de menino”, mas eles resistiram a usar os brinquedos sempre designados a elas. Por quê? Oras, porque na nossa sociedade o feminino é desvalorizado. Meninos que passam a brincar com coisas “de menina” - e homens que fazem coisas “de mulher” - estão se rebaixando. Repare: é muito mais escandaloso dar uma boneca (ou ferro de passar, vassoura, fogão, etc..) a um menino do que uma bola (ou carrinho, jogos de lógica, guerra ou construção) para uma menina. Quem ousa fazer isso ainda é mal interpretado: não está apenas presenteando uma criança com um brinquedo, mas sim desafiando os costumes ou está “incentivando a homossexualidade”. Acabamos por perpetuar as desigualdades e pavimentamos uma **sociedade profundamente violenta com as mulheres.**

Regras e estereótipos de gênero não servem para facilitar as coisas ou para o mundo funcionar melhor. Não se baseiam em biologia ou verdade universal alguma, são tão efêmeras quanto nosso tempo e geografia. Causam sofrimento a nossos filhos, sobrinhos e netos (especialmente as meninas), e é por isso é nossa obrigação fazer algo a respeito. A ONG Plan Brasil lançou recentemente o **#DesafiodaIgualdade**, material que recomendo muito para quem está disposto a pensar no assunto e rever suas atitudes.

Falar que é contra a desigualdade é fácil, mas muito desafiador é mudar nossas atitudes. Falamos aqui de transformar uma realidade já muito assimilada, mas que se encontra em plena transformação. Ao dar o exemplo para as crianças, geramos mudanças substanciais já ao fim de uma geração. E melhor ainda, com alterações simples em nosso cotidiano.

Se envolva, converse, faça parte, mude. Qualquer ação conta, menos ficar parad@.



Nota à imprensa: MPDFT não analisou ou chancelou curso para homossexuais

(MPDFT - 25/02/2016) O Núcleo de Enfrentamento à Discriminação (NED) do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) abriu procedimento, nesta quinta-feira, 25 de fevereiro, para apurar a legalidade de divulgação nas redes sociais de curso para a cura de homossexuais que cita a Instituição indevidamente. O NED não analisou ou chancelou qualquer conteúdo e não compactua com qualquer “ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas e a adotarem ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados”, conforme orientação do Conselho Federal de Psicologia. O documento foi encaminhado ao Ministério Público Federal, que também é citado, para que adote as providências cabíveis.

Em razão de divulgação que circula pela internet de curso denominado “Homossexualismo: prevenção, tratamento e cura”, ministrado por Claudemiro Soares, o NED do MPDFT vem a público informar e esclarecer o seguinte.

Leia mais: [MPF arquivou em 2009 ação contra livro de professor de ‘cura gay’ do DF \(G1, 26/02/2016\)](#)

Em 21 de janeiro de 2015, o NED recebeu solicitação de atuação em relação à notícia do curso “Homossexualismo: ajudando, biblicamente, a prevenir e tratar aqueles que desejam voltar ao padrão de Deus para a sexualidade”, ministrado pela instituição Sociedade de Estudos Bíblicos Interdisciplinares (Sebi), a ser realizado em Taguatinga/DF de 19 a 23 de janeiro de 2015, pelos instrutores Airton Williams (pastor evangélico) e Claudemiro Soares. O NED instaurou a Notícia de Fato nº 08190.044459/15-41 para apurar a informação. A ordem de intimação foi expedida com a orientação de não interromper celebração religiosa, se eventualmente sua realização ocorresse em local de culto.

Os instrutores compareceram ao MPDFT, acompanhados de representante da Comissão de Liberdade Religiosa da OAB/DF, e esclareceram que o curso era dirigido a pastores e obreiros, em viés exclusivamente religioso, e que a expressão “tratar” significava “como lidar com” os homossexuais, e não significava qualquer intervenção de saúde, terapêutica ou psicológica. Na oportunidade, o coordenador do NED, promotor de Justiça Thiago Pierobom, esclareceu quanto à impossibilidade de oferecimento de tratamento de saúde a pessoas homossexuais, nos termos da proibição constante da Resolução nº 1/1999 do Conselho Federal de Psicologia. Também foi expedida recomendação aos instrutores para que, nos cursos, “fosse enfatizada a absoluta proibição de qualquer forma de discriminação social e de incitação à prática de violência contra pessoas LGBT”.

Foi promovido o arquivamento do processo administrativo tendo em consideração o teor exclusivamente religioso do curso, à luz da liberdade de religião, albergada pela Constituição Federal (art. 5º, inciso VI) e por tratados internacionais (Pacto de São José da Costa Rica, art. 12), bem como a necessária laicidade do Estado em relação à compreensão de quais comportamentos sexuais são supostamente “pecado”, por mais que tais convicções pareçam equivocadas ou mesmo ultrapassadas para outras pessoas. Com efeito, a liberdade de convicção abrange o direito de expressar suas ideias, desde que não se viole os direitos de outras pessoas.

No Distrito Federal, configura infração administrativa qualquer ato de discriminação em razão da orientação sexual, especialmente atos de constrangimento, exposição ao ridículo, coação, ameaça ou violência, nos termos da Lei Distrital n. 2.615/2000.

Núcleo de Enfrentamento à Discriminação

Acesse no site de origem: [Nota à imprensa: MPDFT não analisou ou chancelou curso para homossexuais \(MPDFT, 25/02/2016\)](#)

Educador explica como uma piada pode ser homofobia

(UOL Educação, 14/01/2016) Quatro a cada dez homens gays relatam que já foram agredidos fisicamente enquanto estavam na escola, segundo dados da Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) de 2009. A escola ainda é um ambiente hostil aos adolescentes homossexuais, afirma Lula Ramires, graduado em filosofia e mestre em educação pela USP (Universidade de São Paulo) com a dissertação “Habitus de gênero e experiência escolar: jovens gays no ensino médio em São Paulo”.

Segundo o educador, para mudar essa realidade, é necessário trazer o tema para a sala de aula, como qualquer outro, e debatê-lo de forma tranquila. Além disso, investir na formação dos professores, para que eles entendam a questão da diversidade e combatam o preconceito na escola.

UOL Educação - O que é homofobia?

Lula Ramires - Para entender a homofobia, é necessário entender a heteronormatividade. A gente vive numa sociedade em que a norma, o que é aceito, é o relacionamento entre pessoas de sexos diferentes. Toda vez que alguém ameaça sair dessa norma, sofre algum tipo de advertência ou punição. Por exemplo, se um homem, independente da orientação sexual, resolve usar uma camisa cor-de-rosa, ele vai sofrer uma advertência, um breque. A homofobia começa aí. É como uma luz vermelha que acende quando alguém descumpra essa heteronormatividade. Por um lado, ela tem uma sutileza: é o comentário, a chacota, a piadinha. Isso vai ficando cada vez mais agressivo. Por achar que alguém é homossexual na escola, podem tirar o lanche, tirar os pertences, tirar do grupo de amigos, isolar. Muitas vezes o professor não intervém. No máximo faz uma advertência. E fica nisso. A homofobia vai ficando mais séria e pode chegar a atos de violência, tanto psicológica quanto física, e até ao assassinato.

UOL - O que é o modelo heteronormativo de escola?

Ramires - A escola reitera a heteronormatividade. Todos os modelos que ela utiliza, desde os contos de fada até a literatura clássica, são sempre histórias

de um homem e uma mulher que se conheceram e se apaixonaram. Você nunca encontra algo que está fora do modelo tradicional de família: branco, de classe média, cristão, escolarizado, heterossexual e chefiado por homens. A escola não trabalha a diversidade, a ideia de que existem outros modelos. Não que o papel da escola seja negar esse modelo [tradicional] de família, o problema é apresentá-lo como o único legítimo, o único possível.

O aluno sempre que vê um modelo de família que escapa daquele apresentado pela escola acredita que é anormal, que falta algo, que não é o ideal. Ele pensa: “se existe, paciência, mas não deveria ser assim”. E é o papel da escola provar que outras famílias são possíveis e isso é válido e legítimo.

UOL - Como os educadores devem trabalhar a homossexualidade na escola?

Ramires - Em primeiro lugar, eu acho que não tem uma receita de bolo. A primeira atitude que um professor pode tomar é desenvolver uma sensibilidade para lidar com a diferença. Isso não fica restrito à sexualidade, está na deficiência física, nas questões de classe social e étnico-racial. Ele deve se informar, existe hoje muita literatura sobre o tema.

Depois tentar dialogar com os alunos de uma forma muito tranquila. Não é algo que deve ser uma cobrança. Por exemplo, se você não souber como responder algo a respeito de sexualidade, você não deve ser reprovado.

Existem filmes, livros de contos ou romances que podem ser trabalhados; entidades que trabalham com isso e podem ser convidadas a falar. Você pode organizar um festival. São atividades que podem ser lúdicas, que a escola pode fazer para trabalhar este tema. Um mundo em que a gente respeite o outro como ele é, é um mundo melhor para todos. Uma escola que respeite um aluno negro, gay, lésbica, travesti, ela não é uma escola boa para eles, é uma escola boa para todo mundo. A escola hoje não leva em consideração essas questões. Muitas vezes, ela se torna um ambiente hostil para uma criança negra, pobre, que mora na favela, ou um adolescente homossexual. E assim por diante. É isso que está em jogo: construir uma escola para todo mundo, sem nenhuma restrição.

UOL - Existe uma idade certa para começar a trabalhar o tema?

Ramires - Existe um trabalho que deve ser feito em relação às questões de gênero, do papel de homem e mulher, para desfazer as hierarquias que ainda existem. Acho que isso tem de ser feito desde o berçário: eliminar a ideia da roupinha azul para o menino e a rosa para a menina; a boneca para a menina e o carrinho para o menino. Discutir a questão de gênero é fundamental desde muito cedo.

Agora falar especificamente sobre orientação sexual envolve atração física, desejo erótico, possibilidade de estabelecer um relacionamento, beijar e ter relação sexual. Isso é uma coisa que só é adequada a partir do momento em que o aluno tem maturidade, inclusive física, para tocar nesse assunto. Acho que a partir dos 12 anos, quando começa, em princípio, a chamada adolescência tem que falar da sexualidade em geral.

UOL - Como o professor deve agir diante da situação de preconceito?

Ramires - O princípio básico é não se calar diante do preconceito. É muito comum o professor continuar a aula, como se nada tivesse acontecido. Quando o professor age dessa maneira, ele está legitimando o preconceito, porque se calou diante dele. Se surgir uma situação de preconceito na sala de aula ou no pátio da escola, os professores ou a coordenação devem intervir. Eles devem explicar que aquilo é inaceitável.

UOL - Em uma escala maior, como o senhor avalia o momento do Brasil no estabelecimento de políticas para tratar da homossexualidade nas escolas?

Ramires - Infelizmente a gente está vivendo hoje um momento de retrocesso nessa questão. Prova disso é que os planos municipais de educação, em sua grande maioria, excluíram a menção de trabalhar com gênero e orientação sexual nas escolas. É o temor dos conservadores de todo mundo virar LGBT. Acho que hoje o contexto político é bastante desfavorável. Muitos [políticos agem] por desconhecimento, por ignorância e também por má-fé. Fazer esse trabalho é extremamente necessário. A gente vive numa sociedade extremamente machista na qual a violência contra a mulher está aí colocada e não dá para discutir isso sem falar da desigualdade entre homem e mulher.

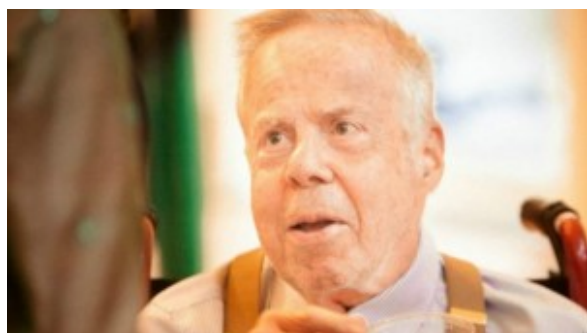
Hugo Araújo

Acesse no site de origem: [Educador explica como uma piada pode ser homofobia \(UOL Educação, 14/01/2016\)](#)

O psiquiatra que derrubou o mito de que homossexualidade seria doença

(BBC Brasil, 29/12/2015) Até 1973 a homossexualidade era considerada um “transtorno antissocial da personalidade”.

Mas um psiquiatra, empenhado em classificar de forma empírica as doenças mentais, a tirou da lista.



Morto aos 83 anos na última sexta-feira, Robert Spitzer é visto como um dos ‘pais’ da ‘Bíblia’ da psiquiatria

Seu nome era Robert Spitzer, considerado o pai da classificação moderna das doenças mentais. Ele faleceu na última sexta-feira aos 83 anos devido a um problema cardíaco.

O psiquiatra desempenhou um papel fundamental na criação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, na sigla em inglês),

tido até hoje como a “Bíblia” da psiquiatria mundial.

Desmistificando a homossexualidade

Em suas pesquisas, o médico determinou que a homossexualidade não era uma doença desde que os homossexuais se sentissem confortáveis com sua sexualidade, valendo a mesma lógica para os heterossexuais.

Em 1973, Spitzer conseguiu firmar um acordo no qual ficava estipulado que, para descrever pessoas cuja orientação sexual, seja homossexual ou heterossexual, lhes causava angústia, o diagnóstico passaria a ser o de “distúrbio de orientação sexual”.

“Um transtorno médico deve estar associado a uma angústia subjetiva, sofrimento ou incapacidade da função social”, disse Spitzer ao jornal norte-americano The Washington Post.

‘Divisor de águas’

Baseado na Universidade de Columbia, em Nova York, ele foi pioneiro em desenvolver um método empírico em torno das doenças mentais, além da teoria tradicional.

Antes da criação do DSM, um diagnóstico poderia variar entre um psiquiatra e outro.

A redação do manual, baseado em informações empíricas, é o “maior divisor de águas da profissão”, disse Janet Williams, esposa e colega do psiquiatra, à agência de notícias Associated Press.

“Ele foi, de longe, o psiquiatra mais influente de sua época”, indicou Allen Frances ao jornal norte-americano The New York Times. Frances foi o editor da última versão do DSM.

Para o psicanalista Jack Drescher, deixar de considerar a homossexualidade como uma doença foi o maior avanço na defesa dos direitos dos homossexuais.

“O fato de que hoje se permita o casamento gay se deve em parte a Bob

Spitzer”, disse Drescher, que é homossexual, ao The New York Times.

Revés

Apesar dos avanços creditados a Spitzer no campo da psiquiatria em geral e à retirada da homossexualidade do rol de doenças mentais, a carreira do psiquiatra também foi marcada por um revés.

Em 2001, ele chegou a publicar um estudo no qual apoiava as polêmicas e criticadas terapias que pretendem “converter” homossexuais em heterossexuais, há muito tempo descreditadas por psiquiatras, psicólogos e sexólogos.

A iniciativa de Spitzer foi duramente criticada por ativistas.

Dez anos mais tarde, o psiquiatra pediu desculpas e assegurou que essa pesquisa era a única coisa de sua carreira que lamentava.

Acesse no site de origem: [O psiquiatra que derrubou o mito de que homossexualidade seria doença \(BBC Brasil, 29/12/2015\)](#)

Moçambique descriminaliza homossexualidade e aborto

(Brasil Post, 29/06/2015) O Moçambique descriminalizou a homossexualidade, ao aprovar reformas a um código de leis que datava de 1886, época que o país - independente desde 1975 - ainda era uma colônia portuguesa.

De acordo com o site Pink News a homossexualidade podia ser punida no país com três anos de trabalhos forçados, internação em uma instituição psiquiátrica ou afastamento das atividades profissionais.

A lei que estava em vigor até esta segunda, previa nos artigos 70 e 71, pena “aos que se entreguem habitualmente à prática de vícios contra a natureza”. Com a medida, o Moçambique se torna a 21ª nação africana a legalizar as relações entre pessoas do mesmo sexo, segundo o International Business Times.

Segundo a publicação espanhola El Mundo, tais penas não eram aplicadas desde 1975. O novo código penal, que entra em vigor nesta segunda-feira (29), foi articulado pelo presidente Armando Guebuza, que deixou o poder no começo deste ano.

Relações homossexuais ainda podem ser punidas com a morte em países como o Sudão e a Mauritânia.

O novo código penal, que entrou em vigor sem nenhuma cerimônia para marcar a data, também inclui um artigo para legalizar o aborto, segundo o El Mundo.

A principal organização LGBT do país, a Lambda, que teve papel fundamental na aprovação da lei, foi cautelosamente otimista sobre o processo, mas afirma que a aprovação da lei é um importante passo para uma sociedade mais igualitária.

“Nosso interesse principal é motivar uma mudança na sociedade, para que a expressão livre da orientação sexual e da identidade de gênero sejam livres”.

Gabriela Bazzo

Acesse no site de origem: [Moçambique descriminaliza homossexualidade e aborto \(Brasil Post, 29/06/2015\)](#)